

Epistemologias e cosmovisões sistêmicas: o dedilhar para uma (re)educação ambiental

Epistemologías y cosmovisiones sistémicas: la digitación de una (re)educación ambiental

Luiz Henrique Ortelhado Valverde

Adler Garcia Santos Costa

Marcos Vinicius Campelo Junior

Suzete Rosana de Castro Wiziack

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Campo Grande/MS – Brasil

Resumo

Este ensaio busca dialogar acerca das questões socioambientais sob a matriz ético-política das (cosmo)visões sistêmicas nas experiências com a realidade à proposição de novos caminhos para a Educação Ambiental (EA) crítica, abrangendo a dimensão ética e a sacralização da natureza na relação sociedade-natureza. Baseando-se nos fundamentos da Ecologia Profunda e em autores como Fritjof Capra e Ailton Krenak, realiza-se um resgate teórico das raízes da sociedade, evidenciando a dissociação e o subjugamento da natureza e da figura feminina ocidentalizada, o qual abarca as diferentes crises da sociedade. Diante das políticas públicas fragilizadas e de uma nova governança, assim também da retomada das atividades e programas de EA, espera-se que o estudo contribua para acentuar a necessidade de uma formação humana complexa, perceptível, terrena e socioambiental à (re)condução ética da sociedade.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Questões Socioambientais; Ecologia Profunda

Resumen

Este ensayo busca dialogar sobre cuestiones socioambientales bajo la matriz ético-política de (cosmo)visiones sistémicas en experiencias con la realidad para proponer nuevos caminos para la Educación Ambiental (EA) crítica, abarcando la dimensión ética y la sacralización de la naturaleza en la relación entre sociedad-naturaleza. Partiendo de los fundamentos de la Ecología Profunda y de autores como Fritjof Capra y Ailton Krenak, se realiza un rescate teórico de las raíces de la sociedad, destacando la disociación y sometimiento de la naturaleza y la figura femenina occidentalizada, que engloba las diferentes crisis de la sociedad. . Ante políticas públicas debilitadas y una nueva gobernanza, así como la reanudación de actividades y programas de EA, se espera que el estudio contribuya a acentuar la necesidad de una formación humana compleja, perceptible, terrenal y socioambiental para la ética (re) conducción de la sociedad.

Palabras llave: Educación Ambiental; Asuntos Socioambientales; Ecología Profunda

O caos que entramos e o sofrer para deixá-lo

Neste ensaio propõe-se dialogar acerca das questões socioambientais inseridas em uma matriz ético-política, sob à luz de visões e cosmovisões sistêmicas, considerando as experiências da realidade brasileira, e visando a proposição de novos traçados e caminhos para uma Educação Ambiental (EA) crítica que abranja a retomada de uma nova relação sociedade-natureza.

O mundo, o planeta Terra, Gaia, Pachamama e tantos outros nomes cunhados para a nossa casa tem sofrido desde a metade do século XX uma grande crise de ordem social, ambiental, econômica e política, sobretudo do sistema capitalista com hábitos nos quais são visados o lucro e o crescimento exponencial da dominância humana sobre a Terra, incluindo todas as formas de vida.

Em decorrência desta crise, a fome pelo poder e a dominação das espécies, inclusive a do *Homo sapiens*, ensejou uma pegada no mundo, criou um cenário devastado por guerras, pandemias, desigualdades, extinção de espécies, colonização e notadamente a dessacralização da natureza como um ser sem direitos. Nesta conjuntura, a EA de perspectiva crítica tem o potencial de transformar e emancipar os indivíduos por meio da compreensão das problemáticas epistemológicas e socioambientais, haja vista os recorrentes sinais contínuos e de intensos desequilíbrios como descrito acima.

No Brasil, a realidade tem se mostrado antagônica a esse pensamento, pois inúmeras obstruções na esfera ambiental mostram o quanto a relação sociedade-natureza está esvaziada de ética. Nos últimos anos, em consequência das ações desfavoráveis do Governo Bolsonaro (2019-2022), o qual usou da pasta do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para extinção do Departamento de Educação Ambiental (DEA/MMA), órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), fato que impediu a articulação de novas políticas, interrompendo, por exemplo, a implementação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProEA) e de todos os programas e projetos em âmbito da educação formal e informal. Ademais, com isto, foi enfraquecida a formulação e o monitoramento das políticas públicas, como as das Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental (CIEAs), Espaços Educadores e Redes Nacionais de Educação Ambiental.

Houve também o desmanche da Comissão Intersetorial de Educação Ambiental (CISEA) criada em 2003, que tinha como finalidade promover o fortalecimento, articulação e integração das políticas de EA no contexto informal - tanto as desenvolvidas pelo MMA, como

as vinculadas às entidades como o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), a ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) e ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade). Sem esta comissão não é possível realizar a transversalidade da EA nos setores do MMA e tão pouco produzir o diálogo entre outros órgãos governamentais (Rosa; Sorrentino; Raymundo, 2022).

Esse mesmo Governo não poupou esforços para a paralisação de processos de fiscalização ambiental no país. Compreende-se que foi implantado uma espécie de “lei da mordaza” nos órgãos ambientais federais, como a visível interferência das forças armadas sobre o IBAMA, que neutralizou seu papel institucional para que a “boiada pudesse passar”, conforme declarou o então ministro Sales, em maio de 2020.

Ações de descontinuação como estas e outras inúmeras facetas desse governo maximizam as crises sociais do Brasil, aumentando casos de racismo, xenofobia, sexismo, polarizações e ódios que foram disseminadores de violência e radicalismos que rechaçaram a pluralidade da vida e as identidades coletivas (Neto; Chamy; Santos, 2022). Tais formas de violência evidenciam a dissociação entre ser humano e natureza.

Neste sentido, Capra (2006), importante teórico defensor da causa ecológica, aponta que as preocupações com o meio ambiente carecem de atenção suprema, visto que os problemas ambientais são tratados a partir de uma visão obsoleta, de percepção da realidade inadequada, que não permite lidar com um mundo globalmente interligado. Para o autor, isto caracteriza-se como uma crise de percepção, que trata os problemas ambientais de forma isolada. Nesse sentido, Capra (2006) propõe uma mudança de paradigma, que distancie da perspectiva mecanicista cartesiana, e que alcance uma visão sistêmica e ecológica.

Crise no qual pode ser evidenciada também em produções artísticas como na canção de Pedro Angi, quando exterioriza a condição antropocêntrica do ser humano:

*“A Humanidade passa por muitas crises das quais não vê saída
Todas elas geradas por uma única crise
A de percepção da vida
O homem se afastou da natureza quando se julgou superior
Olha a distância que a gente criou”*

(Pedro Angi - Cultivo, 2012)

Alguns teóricos apontam a influência do filósofo Descartes (1596-1650) na formulação do paradigma mecanicista, ao comparar o mundo material como uma máquina morta, insensível, a ser dominado e controlado a partir da nossa capacidade intelectual racional, pois segundo Descartes qualquer entidade ou fenômeno poderia ser integralmente compreendida se fosse estudada por partes, isoladamente, o que para Harding (2008), deu origem a famosa metodologia reducionista apropriada pela ciência e que tanto influenciou o pensamento ocidental.

Conforme Leff (2006, p. 101): “O pensamento ocidental, obcecado pelas ideias universais e a unidade das ciências, está sendo questionado no pensamento pós-moderno por ter dissociado o real e o simbólico, as ciências lógico-fáticas da natureza e as ciências do espírito”. No mesmo sentido, Leff (2006) aponta que a separação entre pensamento e realidade, assim como entre o ser e o ente que foram expressos ao longo da história, exigem a ruptura com o pensamento cartesiano, que dissocia ideia e matéria, mente-corpo, objeto-sujeito, razão-sentimento, natureza-cultura.

A ciência cartesiana positivista moderna de caráter universalista e objetivista reflete, segundo Leff (2006), à *crise ambiental* como coisificadora do mundo, possui suas raízes na natureza simbólica do ser humano. Assim, “a crise ambiental não é apenas a falta de significação das palavras, a perda de referentes e a dissolução dos sentidos que o pensamento da pós-modernidade denuncia: é a crise do efeito do conhecimento sobre o mundo” (LEFF, 2006, p. 16), ou seja, estamos imersos numa crise do conhecimento.

Ainda conforme Leff (2006), a nítida capitalização e hipereconomização da natureza por meio da racionalização econômico-ecológico formal (inserida no projeto homogeneizante positivista) impõe que a sustentabilidade seja debatida em um outro campo. Nesse sentido, o autor acredita que deveria ser um campo que considere novas vertentes, como a da emergente Ecologia Política, que observa o jogo das “[...] percepções e interesses dos grupos majoritários da sociedade, das populações do Terceiro Mundo e dos povos indígenas, que resistem a serem globalizados, reduzidos à condição de produtores e consumidores de um sistema de mercado esverdeado” (Leff, 2006, p. 232).

Esta é uma das explicações sobre como chegamos a tal crise, que leva à ausência de interpretação e ao não reconhecimento do cosmos como vivo, inseparáveis da natureza. Considera-se, nesse contexto, que o cartesianismo marginaliza o pensamento sistêmico e inibe a possibilidade de perceber com profundidade o valor intrínseco presente nos

fenômenos estudados, o que impede compreender de fato um sistema e assim atentar aos padrões de relacionamento entre as partes e não em partes dicotomizadas.

O caos dos últimos quatro anos no Brasil (2019-2022) cujo projeto político foi deslegitimar, desmontar e eliminar as políticas ambientais para atender aos interesses das atividades madeireira, do agronegócio e principalmente do garimpo legal e ilegal em áreas pertencentes aos povos indígenas, potencializou a violência e submeteu essas comunidades ao risco de extermínio. Muitas destas enfrentam também a condição de viver em meio à degradação ambiental, evidenciando que as injustiças socioambientais recaem sobre os grupos étnicos vulnerabilizados, discriminadas por sua raça, origem ou cor, o que chamamos de racismo ambiental (Pereira; Lopes, 2021).

É oportuno destacar que a EA tem a função social de construir e promover conhecimentos e valores que possibilitem aos indivíduos interpretar fenômenos sistemáticos e complexos como os expostos acima, que constituem as relações socioambientais (Pereira; Figueiredo; Silva, 2022), principalmente frente aos conflitos, nos quais os indivíduos se inserem, não perdendo de vista as perspectivas local e global.

“As coisas que não levam a nada tem grande importância” – Manoel de Barros

Para que se possa entender a fundo as raízes dos problemas ambientais, é preciso lembrar que na antiguidade, a natureza era frequentemente venerada, sacralizada como a mãe de todos os seres. A relação da humanidade com a natureza era de respeito, pois se tratava de uma relação com a própria divindade. Basta um olhar para antigas mitologias e veremos que em grande parte os deuses personificavam fenômenos naturais (Duarte, 2013).

Em razão disso, Jung (2000) afirma essa relação na história das religiões, sugerindo que o culto à natureza seja a base de toda religião antiga, pois era considerada como provedora e sustentadora de todos os seus filhos. Se por um lado, a humanidade primitiva celebrava ritos e sacrifícios a fim de apaziguar as forças da natureza, por outro, reconhecia que a mesma punia e também alimentava os seres humanos, suprindo suas necessidades (Duarte, 2013).

As manifestações de adoração à natureza nasceram muito antes do cristianismo, sendo encontradas em estudos arqueológicos como os das tradições neolíticas que destacam a famosa escultura da Vênus de Willendorf, esculpida entre 28.000 e 25.000 mil anos antes de

Cristo e que atesta a forte influência do arquétipo feminino sobre os povos que a cultuavam (Rosa, 2017 apud Miklos; Rosa, 2018).

No entanto, após o advento do cristianismo, as religiões antigas que não cultuavam um ser masculino monoteísta foram classificadas sob o termo de paganismo. A mudança para o patriarcado foi progressivo e procedeu de uma reformulação nos sistemas de parentesco que mudou de matrilinear para patrilinear em que tal ênfase é clara e evidente até os dias de hoje. A ascensão das religiões patriarcais deu destaque às ditaduras militares, que aumentavam o culto aos deuses guerreiros, resultando também no poder sobre as mulheres, e o masculino tornou-se a Grande Divindade, o Sagrado Feminino passou a ser reconhecido cada vez menos (Prieto, 2020). Com as religiões atuais baseadas em figuras e princípios masculinos, os valores femininos foram subjugados e passaram a ocupar uma posição inferior a dos homens, seja em nível social e/ou espiritual.

Em meio a estas questões, o patriarcado como uma relação de poder que estabeleceu o afastamento da figura feminina, foi uma invenção ocidental/branca, e gerou a subalternização do feminino diante do masculino, sendo uma das origens do machismo. E, decorrente disso, houve a consequência perda do contato espiritual entre as sociedades e a natureza, fazendo com que a Grande Mãe (natureza) fosse apenas um objeto para o progresso industrial e tecnológico ocidentalizado.

A natureza como construção cultural que adquiriu/adquire diferentes significados e sentidos ao longo do tempo é muito importante para a saúde e bem-estar dos indivíduos. Para Luov (2016), a ausência do contato com a natureza pode provocar problemas de saúde, em especial o Transtorno de Déficit de Natureza, cunhado pelo autor em sua obra “A Última Criança na Natureza: resgatando nossas crianças do transtorno de déficit de natureza”. O livro reúne um compilado de pesquisas para mostrar que a exposição direta na natureza é primordial para o desenvolvimento saudável e para a saúde física e emocional dos indivíduos (Martins; Peres; Souza, 2020).

O importante líder indígena e ambientalista brasileiro Ailton Krenak (2019) assinala que a conexão do ser humano com a terra vem sendo distanciada de maneira tão absurda, que os únicos núcleos de humanos que ainda estão agarrados nessa terra são os povos que ficaram esquecidos nas bordas do planeta, nas margens dos rios, dos oceanos, na África, Ásia ou na América Latina, constituídos no Brasil por povos indígenas, quilombolas e caiçaras. Ainda ressalva, que essa ideia de distanciamento e de vivência em abstração das coisas de forma

civilizatória é ridícula, visto que ela suprime a diversidade, nega as diferentes formas de vida, de existência e de hábitos.

Os ventos do norte não movem moinhos

Para que possamos compreender a ideia de natureza que toma diferentes sentidos segundo diferentes épocas e sociedades humanas, Tristão (2013) assegura que é necessário estabelecer um movimento correspondente de metodologias de pesquisa com epistemologias e ontologias diversas, tendo a filosofia como subsídio para tentativas paradigmáticas de investigação.

Nesse âmbito, o filósofo e ecologista norueguês Naess (1912-2009) criou na década de 1970, o movimento da Ecologia Profunda, propondo mudanças culturais, políticas, sociais e econômicas como ações básicas para se alcançar uma convivência harmoniosa entre os seres humanos e a natureza, afirmando que ambos são indissociáveis e que a “preservação ecológica” propagada em um nível superficial, em que o meio ambiente é preservado apenas para atender ao ser humano, é uma Ecologia Rasa. Com isso, o autor amplifica o sentido da ecologia, expondo conceitos que transcendem o que se espera dos movimentos ambientais tradicionais conservadores e pragmáticos (Duarte, 2013, p. 16).

Essa vertente da ecologia propõe o rompimento com as leituras antropocêntricas da natureza e leva à reflexão sobre a necessidade de colocar os processos econômicos e sociais a serviço da vida e não a vida a serviço deles, independentemente do valor utilitarista que nós humanos estamos habituados a atribuir ao mundo natural. Ailton Krenak, em sua obra “A vida não é útil”, realiza críticas acerca da forma utilitária que damos à vida:

A vida é tão maravilhosa que a nossa mente tenta dar uma utilidade a ela, mas isso é uma besteira. A vida é fruição, é uma dança, só que é uma dança cósmica, e a gente quer reduzi-la a uma coreografia ridícula e utilitária [...] por que insistimos em transformar a vida em uma coisa útil? Nós temos que ter coragem de ser radicalmente vivos, e não ficar barganhando a sobrevivência. Se continuarmos comendo o planeta, vamos todos sobreviver por só mais um dia (Krenak, 2020, p. 108-109).

Esta proposição caminha ao encontro da visão sistêmica de Naess (1973), apresentada no Quadro 1 que focaliza a visão de mundo dominante e a da Ecologia Profunda.

Quadro 1: Paradigma Ecológico de Naess

Visão de mundo dominante (Ecologia Rasa)	Ecologia Profunda
A diversidade natural é um recurso de muito valor para humanos/relação de domínio	A diversidade natural tem o seu próprio valor, é intrínseco, independentemente de sua utilidade
Não há sentido falar de valor, se não for um valor para a humanidade/seres humanos que são seres superiores	Quando tenta-se equilibrar valores, revela-se o preconceito e a violência sistêmica/igualdade entre todos os seres vivos
Crescimento econômico e material baseado em quantidade para o desenvolvimento humano	Crescimento econômico baseado em qualidade a serviço de objetivos maiores de autorrealização
Crença em amplas reservas de recursos	O planeta possui bens limitados
Progresso e soluções baseados em alta tecnologia/capitalismo selvagem	Tecnologia apropriada e a ciência moderna não dominante/progresso socialmente justo
Consumismo/recursos possuem valor apenas aos seres humanos	Consumo consciente/5Rs/"recursos" são fonte de vida para todos os seres vivos
Divisão política da superfície terrestre/modernismo/centralização	Biorregiões e reconhecimento das tradições das minorias
Autoritarismo/estruturas repressivas	Estruturas democráticas/participação social

Fonte: Adaptado e traduzido de Naess (1973)

A Ecologia Profunda, para Harding (2008, p. 64), possui três pilares radicalmente interconectados. Esses pilares podem ser trabalhados aspectos que o indivíduo começa a desenvolver, chamado por Naess de “ecosofia” pessoal ou sabedoria ecológica, sendo elas: a experiência profunda, momento em que se dá pela consciência cotidiana, de uma mudança de contexto que pode facilmente se tornar visível, porém suas implicações éticas são mais complexas de assimilar.

A assimilação acontece quando o indivíduo se engaja no questionamento profundo, ao perguntar e questionar condições de si e da sociedade, verificando se está vivendo de modo coerente com sua experiência profunda. Quando essa etapa ocorre, há a compreensão de pressupostos de uma perspectiva ecológica, voltadas às origens dos problemas e das crises relacionadas à paz e à justiça social. Conseqüentemente, o indivíduo experimenta um

sentimento que o autor chama de comprometimento profundo, que provoca mudanças significativas de caráter pacífico e democrático.

Um conhecimento que conflui com a Ecologia Profunda, em especial para os aprendizados advindos de práticas comunitárias, é o da perspectiva indígena, do Bem-Viver de Alberto Acosta (2016), uma filosofia de vida que envolve a relação entre as pessoas, a natureza e o modelo econômico que não vê o capitalismo como forma única de se organizar (Gonçalves, 2018). O Bem-Viver supera o conceito de desenvolvimento e seus múltiplos sinônimos, e introduz uma visão mais diversificada e complexa, uma visão de mundo que foi marginalizada pela história, em especial a dos povos e nacionalidades indígenas, ou seja, as que possuem intencionalidade de construir outros tipos de sociedades sustentadas pela vivência harmoniosa entre humanidade e natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes (Acosta, 2016, p. 24).

O Bem-Viver procura estabelecer significações fundamentadas em estruturas simbólicas pessoais que detém conexões profundas de respeito às sabedorias ancestrais, espiritualidades e sensibilidades, além de significações que visam a superação das desigualdades, tal como a descolonização e a despatriarcalização. Para Acosta (2016), vivemos um “divórcio entre Natureza e o ser humano”, o levou a propor Direitos da Natureza na Constituição do Equador, defendendo o direito de existência de todas as espécies. Portanto, o Bem-Viver recobra a sabedoria ancestral, rompendo com o processo de acumulação que nos transforma em coisas.

Ailton Krenak, em sua obra “Futuro ancestral” (2022, p. 37), cita que “estamos vivendo num mundo que somos obrigados a mergulhar profundamente na terra para sermos capazes de recriar mundos possíveis”, em que o futuro não existe, e nós apenas o imaginamos, sendo uma ilusão quando tudo é depositado no futuro. Para o autor, a modernidade nos provoca a adotar modos competitivos de viver, projetando futuros improváveis e com uma única narrativa, envoltos por ansiedade, fúria e aceleração do tempo, tão perceptíveis nos dias de hoje.

O autor discorre acerca da possibilidade de inserir no ambiente escolar, a sensibilidade ecosófica e da ancestralidade:

Essa potência de se perceber pertencendo a um todo e podendo modificar o mundo poderia ser uma boa ideia de educação. Não para um tempo e um lugar imaginário, mas para o ponto em que estamos agora [...] estamos todos instalados num organismo maior que é a Terra. Por isso dizemos que somos filhos da terra. Essa mãe

Epistemologias e cosmovisões sistêmicas: o dedilhar para uma (re)educação ambiental

constitui a primeira camada, o útero da experiência da consciência, que não é aplicada nem utilitária. Não se trata de manual de vida, mas de uma relação indissociável com a origem, com a memória da criação do mundo e com as histórias mais reconfortantes que cada cultura é capaz de produzir - que são chamadas em certa literatura de mitos. As mitologias estão vivas. Seguem existindo sempre que uma comunidade insiste em habitar um lugar poético de viver uma experiência de afetação da vida, a despeito de outras narrativas duras do mundo (Krenak, 2022, p. 103-104).

Ainda, Krenak (2022) critica os moldes educacionais vigentes em que os indivíduos são formatados por uma única linha de pensamento, em que estudantes acabam perdendo autonomia e sentindo-se pressionados a alinharem-se a tal formatação. Tendo efeito desde a infância, a criança já passa a ignorar o meio ambiente, e, sendo alfabetizada dentro e somente numa sala de aula, incutida nela, passa desde cedo a ideia de uma vida sanitária, tendo nojo da terra - o que está diretamente ligado ao cerne da crise ambiental que enfrentamos hoje. Nesse vés, Krenak complementa:

A fricção com a vida proporciona um campo de subjetividade que prepara a pessoa para qualquer tarefa. A gente não precisa formatar alguém para ser alguma coisa, mas antes pensar na possibilidade de proporcionar experiências que formem pessoas capazes de realizar tudo o que é necessário na vida, sem medo da natureza (Krenak, 2022, p. 106).

Neste sentido, e corroborando para uma nova prática educativa, Munduruku (2020) recorda que os colonizadores negavam a possibilidade dos povos indígenas de construir suas cosmovisões, baseadas na unidade corpo/mente/espírito, o que contrariava a doutrina do poder cristão, do rei e da Igreja. Com a resistência viva, Munduruku (2020, p. 50) afirma que as “tradições se mantêm especialmente por meio de práticas regidas por uma concepção elaborada não pela academia ocidental [...], mas pela experiência de vida, pela observação meticulosa dos fenômenos naturais e pela certeza de que somos fios na teia da vida”.

É no corpo que reverberam os saberes da mente (intelectual) e do espírito (emocional). Educar é, portanto, preparar o corpo para sentir, apreender e sonhar. Pode ser, também, para sonhar, apreender e sentir. Ou, ainda, apreender, sentir e sonhar. Não importa. É um mesmo movimento. É o movimento da circularidade, do encontro, do sentido (Munduruku, 2020, p. 55-56).

“Os ventos do norte não movem moinhos” é o título do item 3 deste texto, atribuído à canção interpretada por Ney Matogrosso na alusão da rejeição ao pensamento colonizador do hemisfério norte. A visão integral ou sistêmica da vida evidenciada por Fritjof Capra, Arne

Naess e Acosta são manifestadas e reconhecidas claramente pelos povos indígenas latino-americanos, que sentem, sacralizam, e veem-se como parte da terra. No Equador e na Bolívia, a natureza é reconhecida como sujeito de direitos, rompendo a lógica da construção jurídica do pensamento colonial.

No Brasil, há uma esperança atualmente da cosmovisão indígena ser trilhada a partir de novos horizontes, principalmente pela criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), promessa cumprida pelo Presidente Lula em campanha, no qual na mesma pasta foi criado o Departamento de Gestão Ambiental, Territorial e Bem-Viver.

Outra expectativa é a presença da ambientalista Marina Silva como Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, cargo que já assumiu anteriormente em governos petistas, detendo grande repercussão pela queda expressiva do desmatamento na Amazônia e o amplo diálogo com a sociedade. Destaca-se também que foi durante esse período que a Política Nacional de Educação Ambiental foi satisfatoriamente desenvolvida, com a execução das Conferências Nacionais do Meio Ambiente, etapa juvenil e adulta, a criação das Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental, as Redes de Educação Ambiental, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e dentre outras políticas que sustentam até hoje estudos e pesquisas na área.

A Política Nacional de Educação Ambiental e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, apesar de documentos orientadores com definições claras de princípios e objetivos estabelecidos em uma perspectiva crítica e transformadora, não contemplam o restabelecimento afetivo da humanidade com a natureza no plano subjetivo, afetivo, do conhecimento tradicional dos povos originários e, principalmente, da concepção de interdependência e sistêmica da vida.

Nessa cosmovisão, a não separação das partes exalta as relações, torna o outro ser fundamental, sacralizado na relação. O sagrado se encontra no cotidiano, na ação e não na separação entre matéria-espírito. Há sacralização no viver, com isso, torna-se um ato respeitoso nas relações. Aspecto vivo em nós, e que se realiza em caráter pedagógico em processos formativos de Educação Ambiental que é intuído a formação de um sujeito ético em uma práxis de religare - de conexão (Guimarães; Medeiros, 2016).

Educar para a identidade terra (Considerações finais)

Diante das crises expostas neste artigo advindas da condição antropocêntrica, da desassociação do ser humano com a natureza e principalmente pela ausência de percepção por lentes embaçadas, sujas, ou até mesmo desfocadas da realidade, capazes de distinguir o real do imaginário possível, é viável que se desenvolva a construção de uma identidade terrena, conceito originado a partir da Teoria da Complexidade de Edgar Morin em sua obra “Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro” (2000), escrito em convite pela Unesco, que presume-se que por meio da educação, da identificação com a Terra, de que todas e todos os seres humanos, mesmo diferentes, são pertencentes à mesma espécie e ao mesmo planeta. O autor reflete sobre o estado da cegueira perceptiva:

[...] O enfraquecimento da percepção do global conduz ao enfraquecimento da responsabilidade - cada qual tende a ser responsável apenas por sua tarefa especializada, assim como ao enfraquecimento da solidariedade - cada qual não mais sente os vínculos com seus concidadãos (Morin, 2000, p. 40-41).

Sentimentos amortecidos necessitam de uma escola de compreensão da complexidade do mundo, ensinar a condição humana de unidade e diversidade, como também o processo opositor de ambos os lados da questão, fundamental para desenvolver um pensamento descentralizado, sistêmico e crítico, o qual desafia a concepção hegemônica de viver, de consumir, de se questionar, com destino ao comprometimento para com as causas nos quais pertencemos.

Deste modo, também é de fundamental importância promover e avultar uma proposição legislativa no Brasil para a inserção dos direitos da natureza, como assim realizado no Equador e estabelecido em sua Constituição de 2008, bem como pela Bolívia, estabelecido por meio da Lei dos Direitos da Mãe Terra em 2010, onde ambas expressam o constitucionalismo plurinacional comunitário coexistente de vivências da sociedade.

Finalizamos esse ensaio com um trecho da canção Divina Mãe, de Paulo Prudente Pradiip, em honra a mãe que deu a todos a vida e a mãe que mantém todos vivos: a Terra. Perceptível visão da Ecologia Profunda: da compreensão sistêmica e complexa, terrena e do reconhecimento de nós próprios como parte de todo orgânico, à uma nova (re)condução ética da sociedade e (re)descoberta da Educação Ambiental.

*“Mãe, que corre nas águas, flui em meu corpo
Mãe, regenera as raízes do meu chão
Mãe, remove o véu que encobre as manhãs
Mãe, pra que eu possa beber da realidade
Me desenvolvo ao me envolver
Com cada criatura desse chão
Até poder reconhecer
Cada fagulha de manifestação”*

(Divina Mãe - Paulo Prudente Pradiip)

Referências

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver** – Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Autonomia Literária Editora Elefante, 2016.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Antropoceno: a Era do colapso ambiental. **Revista EcoDebate**, ed. 3.353. ISSN 2446-9394, 2020. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2020/01/10/antropoceno-a-era-do-colapso-ambiental-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 02 jan. 2022.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos ecossistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

DUARTE, Alisson. **Salve a Deusa Mãe**: Ecologia Profunda. 1 ed. Uberaba/MG: 2013. 186 p.

GONÇALVES, Juliana. **O bem-viver e a radicalidade de sonhar outros mundos**. Usina de Valores. 2018. Disponível em em: <https://usinaervalores.org.br/o-bem-viver-e-a-radicalidade-de-sonhar-outros-mundos/>. Acesso em 02 jan. 2023.

GUIMARÃES, Mauro; MEDEIROS, Heitor Queiroz. Outras epistemologias em educação ambiental: o que aprender com os saberes tradicionais dos povos indígenas. **Rev. Eletrônica Mest. Edu. Amb.** Edição especial, jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5959/3682>. Acesso em 04 jan. 2023.

HARDING, Stephan. **Terra viva**: ciência, intuição e a evolução de Gaia: para uma nova compreensão da vida em nosso planeta. São Paulo: Cultrix, 2008.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. vol. IX. 1 ed. Vozes, Rio de Janeiro, 2000.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras, 2019.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. 1. ed. Tradução: Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 555 p.

LOUV, Richard. **A última criança na natureza**: resgatando nossas crianças do transtorno de déficit de natureza. Aquariana, 2016.

MARTINS, Thaís Presa; PERES, Rildo Goulart; DE SOUZA, Nádia Geisa Silveira. Prescrever “tempo verde”: sobre outros modos de controle de sujeitos com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). **RELACult - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade**, 2020. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1696>. Acesso em: 25 dez. 2022.

MIKLOS, Jorge; ROSA, Flavia Gabriela da Costa. Processos comunicativos religiosos em contextos interculturais: a devoção Mariana à Aparecida - sincronia e diacronia. **Memorias del XIV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación**. Costa Rica, 2018.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: UNESCO, 2000.

MUNDURUKU, Daniel. **Mundurukando 1: Sobre saberes e utopias**. 2ª ed. Lorena: UK'A, 2020.

NAESS, Arne. **The shallow and the deep, long-range ecology movement**: a summary. In: *Inquiry*. University of Oslo, 1973. (p.95-100).

NETO, Eraldo Medeiros Costa; CHAMY, Paula; NUNES-SANTOS, Claudia. Ecologia espiritual: reflexões para a construção de caminhos integrativos. **Ecologia Espiritual: integrando natureza, humanidades e espiritualidades** (Org) Eraldo Medeiros Costa Neto; Elias Rejane Santana da Silva. Ponta Grossa/PR: Atena, 2022. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/ecologia-espiritual-reflexoes-para-a-construcao-de-caminhos-integrativos>. Acesso em 20 dez. 2022.

PEREIRA, Alexandre Macedo; FIGUEIREDO, Iohanna Maria de Assis Estevam Lucena; DA SILVA, Andrei Rufino. Os pressupostos históricos da Educação Ambiental e a crise ambiental atual. **Ambiente & Educação**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 1–29, 2022. DOI: 10.14295/ambeduc.v27i2.14095. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/14095>. Acesso em: 28 dez. 2022.

PRIETO, Claudiney. **Wicca para todos**. 4ª ed. São Paulo/SP - Alfabeto, 2020.

ROSA, Antonio Vitor; SORRENTINO, Marcos; RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade. **Dossiê sobre o desmonte das Políticas Públicas de Educação Ambiental na gestão do Governo Federal**: 2019-2022. Brasília/DF: EAResiste, 2022. 42 p. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/announcement/view/260>. Acesso em 20 dez. 2022.

ROSA, Flavia Gabriela da Costa. **Ressonância do Imaginário Cultural nas devoções marianas**: apropriações do sagrado feminino. 128f. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, São Paulo, 2017. Acesso em: <https://repositorio.unip.br/dissertacoes-teses-programa-de-pos-graduacao-stricto-sensu-em-comunicacao/ressonancia-do-imaginario-cultural-nas-devoco-es-marianas-apropriacoes-do-sagrado-feminino/>. Acesso em 28 dez. 2022.

TRISTÃO, Martha. Uma abordagem filosófica da pesquisa em educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, nº 5, p. 847-860, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000400003>. Acesso em: 28 dez. 2022.

Sobre os autores

Luiz Henrique Ortelhado Valverde

Doutorando em Ensino de Ciências pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestre em Ensino de Ciências e Especialista em Educação Ambiental pela mesma instituição. Licenciado em Ciências Biológicas e atualmente compoe a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul. E-mail: valverde.ufms@gmail.com. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5332-4728>

Adler Santos Garcia Costa

Mestrando em Ensino de Ciências Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Especialista em Ciências da Natureza e suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Licenciado em Ciências Biológicas. E-mail: adler.sgc@gmail.com. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-2837-7750>

Marcos Vinicius Campelo Junior

Doutor e Mestre em Ensino de Ciências pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) e atualmente compoe a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul. E-mail: campelogeografia@gmail.com. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-6501-644X>

Suzete Rosana de Castro Wiziack

Docente no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Licenciada em Ciências Biológicas pela Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso. Doutora em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: suzetew@gmail.com. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-2269-603X>

Recebido em: 06/12/2023

Aceito para publicação em: 09/12/2023